Expressão Universitária
Ano 6 Número 73 - Junho/2016
www.sinsepes.org.br

"CERCA DE 6,4% DE TODA A POPULAÇÃO CARCERÁRIA É FORMADA POR MULHERES. ALÉM DE ENFRENTAREM A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E OMISSÃO DO ESTADO, AS PRESIDIÁRIAS CONVIVEM COM O ABANDONO DA FAMÍLIA."
ARIANE BLUM - ESTUDANTE DE DIREITO
SISTEMA PRISIONAL
PÁGINA 5

"NESSES TEMPOS EM QUE DEVEMOS DEFENDER O ÓBVIO, RELUTEI MUITO EM ESCREVER SOBRE A FIGUEIRA QUE LUTA, COM A AJUDA DE MUITAS PESSOAS, PARA MANTER-SE VIVA NA RUA HEINRICH HOSANG, EM BLUMENAU. MAS É NECESSÁRIO E URGENTE."
SALLY SATLER - PROCURADORA MUNICIPAL
NÃO É POR UMA ÁRVORE, É PELA CIDADE
PÁGINA 8

"DEBATER A LEI DAS LICITAÇÕES É RECONHECER O RITMO BUROCRÁTICO DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. A LEI DAS LICITAÇÕES É O EXEMPLO MAIS CONHECIDO DE COMO A BUROCRACIA CONSTITUI UMA GRANDE AMEAÇA A TODA ESPÉCIE DE INICIATIVA."
MARCOS MATTEDI - DR. EM SOCIOLOGIA
LADO B - A INÉRCIA BUROCRÁTICA
PÁGINA 16

Estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, em maio, foi um dos temas do protesto realizado dia 30 de maio em Blumenau COLETIVO LENTE CRUA/ YOANA DO CARMO

PROTESTOS DENUNCIAM VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

De janeiro a abril deste ano foram registrados quatro assassinatos de mulheres em Blumenau. Silvana, Kátia, Neiva e Juliana foram assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros. Conforme o Mapa da Violência de 2015 em SC, de 12 em 12 horas uma mulher é vítima de violência doméstica. **PÁGINAS 12 E 13**

ARTE: ANDRÉ DIOGO

FOTO: RENATO BECKER

NÃO É SÓ POR UMA ÁRVORE, É PELA CIDADE

MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA MANUTENÇÃO DA FIGUEIRA, NO BAIRRO VICTOR KONDER, DESPERTA DISCUSSÃO EM TORNO DA CIDADANIA E DO PROJETO DE MOBILIDADE PARA BLUMENAU
PÁGINA 8

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em maio último o SINSEPES participou do XIV Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública, promovido pela AGIP- Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública, um dos eventos que regularmente conselheiros e servidores que trabalham no ISSBLU também participam. O assunto central foi a reforma previdenciária diante da situação fiscal deteriorada dos estados e municípios que com reduzida capacidade de financiamento acabou criando uma situação mais grave também para os regimes próprios de previdência, em função dos atrasos e pedidos de parcelamento das contribuições patronais. A elevação da alíquota especial por conta do déficit atuarial já se configura como pouco provável de ser praticada na atual situação. Em Blumenau, a situação não é diferente depois de uma queda da receita corrente líquida de cerca de -4% em 2015, os números vem piorando em 2016 chegando a -7,7% nos cinco primeiros meses do ano, comparados a igual período do ano passado. O aumento do comprometimento com a folha de pagamento do município vem somado à queda nas transferências para a área de educação e saúde. Nessa última área, o município está bancando uma diferença que no último ano chegou a mais de R$ 50 milhões para a manutenção dos níveis de atendimento à população. Os números mais completos foram apresentados pela Secretaria de Fazenda ao Conselho de Administração do ISSBLU em reunião extraordinária agora em maio e embasam mais um pedido de parcelamento de débitos previdenciários que chegam a mais de R$17 milhões, o segundo pedido em seis meses.

O censo do ISSBLU que foi realizado em Blumenau recentemente, trará como subsídio um novo cálculo atuarial atualizado que poderá diminuir o déficit projetado. Mas a necessidade de novas reformas vai ganhando corpo frente a diversos aspectos que tornam o sistema insustentável a longo prazo. Reformas da previdência são um assunto indigesto que ninguém quer tratar e é motivo de conflito em todo mundo. É só comprovar a lista de parlamentares do legislativo que tem a defesa da previdência como bandeira. Não há nenhum. O recente desmembramento do Ministério da Previdência e Assistência Social- MPAS em dois, separando a Previdência, que agora está vinculada ao Ministério da Fazenda, e o INSS, que foi para o Ministério do Desenvolvimento Social, não foi uma medida bem recebida. Ao contrário, gerou protestos de todos os lados. Os últimos trabalhos mais recentes do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social mostram seriedade crescente para diagnosticar e trazer soluções técnicas para viabilizar o sistema como um todo. Falta porém a solução política. Não se pode negar que o governo federal não esteja procurando atenuar essa situação de desequilíbrio. Além da reforma no sistema de pensões por morte, encaminhada ao final de 2014, também tivemos, em 2012, a regulamentação do chamado Fumpresp, ou seja, Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais, para o Poder Executivo e o Judiciário. Isso em parte equaciona várias distorções quando uma idade mínima ainda não é o padrão geral. O Brasil é um país de aposentadorias precoces. A maioria dos brasileiros se aposenta com menos de 55 anos de idade, mas a expectativa de vida ao nascer cresce no tempo. Essa falta de idade mínima é na comparação internacional um dos pontos que mais chama a atenção. Além do Brasil, apenas três países adotam a aposentadoria por tempo de contribuição, sem qualquer requisito de idade, a saber, Irã com 35 anos de contribuição, Iraque com menos de 30 anos de contribuição e Equador com pelo menos 40 anos de contribuição. A determinação da idade mínima é uma variável que depende muito do perfil demográfico do país, suas condições de saúde e esperança de vida. Nos países europeus já há um escalonamento progressivo de aumento da idade mínima e a eliminação da diferença de idade entre homem e mulher. Na Alemanha, a idade mínima é de 65 anos e será de 67 anos em 2031. Na França é de 65 anos e será de 67 anos em 2023, o mesmo na Itália a partir de 2021, na Irlanda aumenta para 68 anos a partir de 2028. No Reino Unido hoje a idade mínima é de 65 anos para o homem e 62 para a mulher em 2018 não haverá diferença de gênero e aumentará para 66 anos em 2024 e 68 anos em 2046. Aqui no Brasil existe atualmente a idade mínima apenas para os novos servidores federais, mas quando o projeto de lei que enquadrava os demais segurados do Regime Geral esse não foi aprovado. Em outras palavras, o peso do desequilíbrio do déficit de mais de 1 millhão dos servidores públicos federais que equivale a 25 milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral tende a diminuir daqui para frente. Nos RPPS municipais e estaduais as coisas parecem andar mais devagar e isso nos conduzirá a uma conta mais cara em um ajuste futuro. O déficit atual da previdência no Brasil segundo alguns chega a R$ 145 bilhões anuais. O Social Security dos Estados Unidos não possui déficit atual e se pagará nessa década e 85% nos próximos 25 anos o que significa uma pequena necessidade de novas reformas, pois os demógrafos há mais de 30 anos atrás já projetaram corretamente o envelhecimento da população. A média dos benefícios nos Estados Unidos é de US$ 16 mil ano. Não é alto, mas satisfaz mais de 80% da população que paga uma alíquota de 6,2% (tanto o trabalhador como o empregador) além de outros programas de assistência para as famílias.

> **“ Quem pode achar simpática a ideia de adiar a idade exigida para poder se aposentar? Pessoalmente, cada um de nós gostaria de receber sua aposentadoria o quanto antes, no maior valor possível e pagar o mínimo por isso.**

Em relação à reforma de pensão por morte, o MPAS recomendou aos RPPS que ajustassem sua legislação local para a mesma regra das pensões já adotada em outros regimes. Apenas 40 municípios até esse ano já tinham aprovada sua legislação própria. O ISSBLU já encaminhou para a câmara de vereadores esse projeto de lei com a mudança das regras de pensão por morte. No entanto, a maioria dos municípios nem sequer tocou no assunto. O Brasil é disparado o país que mais gasta com pensões. É um ponto fora da curva se analisarmos a despesa comparada com a renda média entre países emergentes de mesmo perfil e os de renda alta. A proporção de ativos/inativos também é uma referência para um cálculo preliminar da proporção dos contribuintes com os que recebem os benefícios. O caso da FUNPREV-RS, previdência estadual gaúcha, a proporção já é um alarmante 0,67, ou seja já existe apenas 1 servidor ativo para cada dois inativos – a proporção desejável seria de 4 para 1. Nem no Japão acontece isso. Aqui em Blumenau, com todos os integrantes do nosso RPPS, a proporção em outubro de 2011 era de 3,44 – considerando apenas a FURB, 2,65. Em abril de 2016 a proporção evoluiu para um total de 3,36 – FURB, 2,12, uma redução da proporção em -9,41% e 15,82% respectivamente. Há de se considerar que no mesmo período houve um ingresso líquido de novos contribuintes em 23,84% no total e 21,09% na FURB, no entanto, o número de inativos e pensionistas aumentou em 36,71% no geral e 43,84% na FURB.

Quem pode achar simpática a ideia de adiar a idade exigida para poder se aposentar? Pessoalmente, cada um de nós gostaria de receber sua aposentadoria o quanto antes, no maior valor possível e pagar o mínimo por isso. Entretanto, o que pode ser bom para cada um individualmente pode ser péssimo para a comunidade se, como é razoável, todos desejarem obter o mesmo benefício. Em economia, esse fenômeno é conhecido como “falácia de agregação”. Esse é um desafio de um pacto social e um desafio político que depende de muita educação previdenciária e esclarecimento de todos os segurados do sistema público municipal.

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! *Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!*

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (CCT), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretora de Cultura e Cuidados com a Saúde:*** -, ***Diretor de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), ***Diretora de Assuntos Jurídicos:*** -, ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

PROFESSOR DA FURB PARTICIPA DA BIENAL DE VENEZA

O mais importante evento de arquitetura do mundo, a Bienal de Veneza abriu oficialmente suas portas ao público dia 28 de maio e se estende até novembro. Norteada pelo tema "Reporting from the Front", o evento tem como diretor o arquiteto chileno Alejandro Aravena - sócio-fundador do do tank ELEMENTAL, mais recente laureado do Prêmio Pritzker de Arquitetura. O professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB, Christian Krambeck participa do evento este ano cujo tema busca fomentar a discussão e a reflexão em torno do papel dos arquitetos na batalha cotidiana por melhorar as condições de vida dos mais variados contextos políticos, geográficos, sociais e econômicos. Krambeck buscará na experiências inspirações para processos de transformação e mobilidade urbana, com foco também na sala de aula. Para ele, esta edição é simbólica por ser a primeira vez que um latino americano e um arquiteto do hemisfério Sul faz a curadoria.

FURB ACUMULA DÍVIDA DE R$ 30 MILHÕES REFERENTE AO FGTS

Conforme publicado no comunicado no site da FURB e ao Conselho Universitário: A Universidade tinha uma pendência judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) referente a uma notificação fiscal de recolhimento de FGTS do período compreendido entre março de 1993 a março de 2001, período em que a Universidade permitiu aos servidores contratados pelo regime celetista a transposição para o regime estatutário, sem a necessidade de concurso público, conforme previa a Resolução N° 04/95. O STF entendeu que esta Resolução afronta o artigo 37, II, da Constituição Federal, pois transpõe o regime celetista para o estatuário, sem a obrigatoriedade de concurso público. A FURB entrou com uma ação anulatória de débito, porém não houve êxito. A ação transitou em julgado em 21 de março de 2016, o que impede novos recursos judiciais. Desta ação o valor devido corresponde a cerca de R$ 20 milhões. O restante são relativos ao período entre abril de 2001 a fevereiro de 2012 e já estão inscritos como débitos, podendo também serem executados.

Muitos servidores têm dúvidas sobre quem irá receber esses valores e quando. Não há uma resposta precisa sobre isso, pois a FURB ainda não acertou um parcelamento do valor, hoje limitado ao máximo de 60 meses. Há uma expectativa de mudança desse limite em função das dificuldades que os devedores de débitos tributários e previdenciários em honrar esses compromissos. A Caixa Econômica Federal dependendo dos casos vai liberar as conta inativas, mas só depois de receber os pagamentos do parcelamento.

CURSO DE JORNALISMO É PREMIADO NO INTERCOM SUL E SEGUE PARA O NACIONAL

Dois trabalhos do curso de jornalismo da FURB foram premiados no Intercom Sul - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Curitiba, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). No congresso, alunos dos cursos Jornalismo e Publicidade e Propaganda participaram entre os dias 26 e 28 de maio. As categorias vencedoras foram Reportagem em Telejornalismo, com o trabalho "Processo de dublagem para a língua alemã em reportagem telejornalística", apresentado pela aluna Vanessa Eskelsen; e Jornalismo Literário/Opinião, com a produção do programa Literatus TV, pela acadêmica Alice Kienen Gramkow. Os dois trabalhos agora vão participar do 39º Intercom Nacional, entre 5 e 9 de setembro, integrando as comemorações pelos 50 anos da criação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O evento abordará o tema "Comunicação e educação: caminhos integrados para um mundo em transformação" e, assim, novamente tratará da relação entre Comunicação e Educação. Na seletiva interna eram 12 trabalhos (sendo nove de Jornalimo e três de Publicidade). O júri virtual selecionou apenas seis (quatro de Jor e dois de PP).

FURB SE DESPEDE DE SERVIDOR

No dia 18 de maio a comunidade acadêmica com pesar perdeu um servidor e grande amigo. Osnildo Marcos Rodrigues atuou como Diretor de Assuntos Jurídicos do SINSEPES em 2014. Foi um profissional dedicado, primava pela constante qualificação, nos corredores era raro não encontrá-lo abraçado a algum livro. Nas suas horas de folga, atendia muitas pessoas que precisavam de orientação jurídica, em muitos casos sem cobrar nada. Aos acadêmicos e servidores do curso de Odontologia, atendia sempre com cortesia e total dedicação. Fique em paz "nosso querido".

FÉRIAS COLETIVAS DOS SERVIDORES

De acordo com deliberação tomada em Assembleia do SINSEPES, o entendimento em ação judicial ainda em caráter liminar estabeleceu que o período de férias coletivas, determinado pelo prefeito municipal de Blumenau pela LEI Nº 8188, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2015, foi de 21 de dezembro de 2015 a 15 de janeiro de 2016, ressalvados os ocupantes dos cargos de Professor e de Educador dos Quadros do Magistério Público Municipal. Neste período, os servidores em gozo de férias coletivas têm 18 (dezoito) dias deduzidos do respectivo período aquisitivo e 08 (oito) dias de recesso. Vale ressaltar que a FURB ainda cabe recurso contra esta decisão.

ESTUDANTES AFRICANOS E NEAB ORGANIZAM A PRIMEIRA EDIÇÃO DA SEMANA DE ÁFRICA NA FURB

Estudantes africanos em parceira com o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) lançaram entre os dias 1 e 4 de junho a primeira edição da Semana da África, com a temática "África de Língua Portuguesa: Mudanças e Resistências no Século XXI". A programação contou com sarau poético, conferências, confraternização e exposição. "Desde que cheguei a Blumenau, no contato com a maioria das pessoas, sempre senti África como desconhecida. Todos falam de África, mas são poucos que sabem minimamente sobre ela ou que pelo menos a saibam situar geograficamente. Há muitos que a têm como um país, uns como apenas um deserto recheado de famintos e de guerras, como um Safari. Desconhece-se as suas histórias, seus pensadores, seus ritmos e o modo de vida dos diferentes povos. A ideia da Semana de África, realizada em outras universidades pelo Brasil, é fazer uma retrospectiva daquilo que era no passado, lançando um olhar sobre a África atual, e projetando desafios futuros, além de partilhar a nossa cultura com a comunidade", conta Tchiloya Vagnaide Crisanto Handjaba Tchiloia, estudante de Engenharia de Telecomunicações e um dos organizadores, junto com os estudantes africanos e o Neab da FURB. Ainda no mês de junho, dentro da programação da Semana da África, a FURB será sede da exposição Negra Blumenau, com fotos da fotógrafa Rafaela Martins e textos da jornalista Magali Moser. A abertura será dia 15, às 19h, no saguão do Bloco A da universidade. O evento é aberto ao público.

ACAPRENA: 43 ANOS DEDICADOS À VIDA

Associação Catarinense de Preservação da Natureza celebra consolidação do movimento ambiental no Estado

POR ROSANE HIENDLMAYER

Presidente da Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena) <contato@acaprena.org.br>

A ACAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos que foi fundada em 1973 em Blumenau, completando 43 anos de sua fundação em 05 de maio deste ano. Sua criação só foi possível graças à iniciativa de um grupo de estudantes do Curso de História Natural (atual Ciências Biológicas) da FURB e ao apadrinhamento e suporte de um dos decanos do conservacionismo brasileiro, Paulo Nogueira Neto. A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e a Associação de Defesa da Flora e da Fauna de São Paulo, que também estavam em fase de fundação, foram os modelos da primeira associação ambiental catarinense.

A ACAPRENA é anterior até mesmo aos órgãos ambientais governamentais do estado e do município. Nem mesmo a sigla ONG, tão difundida atualmente, era utilizada na época de sua fundação. A criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA) e da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), no governo estadual, em 1975, e da Assessoria Especial do Meio Ambiente (AEMA, atual FAEMA) na Prefeitura Municipal de Blumenau, em 1977, foram proposições da Acaprena aos respectivos governos. São suas também as proposições da árvore e da flor símbolo de Santa Catarina, a imbuia (Ocotea porosa) e a orquídea (Brasilaelia purpurata), respectivamente.

> **“A mais antiga ONG ambientalista de Santa Catarina tem combatido o bom combate. Há mais de quatro décadas promovendo palestras, excursões e caminhadas ecológico-culturais entre outras atividades que têm por objetivo aproximar as pessoas da natureza, do meio ambiente natural e também do construído.**

Inspirou muitos movimentos ambientais e suas sementes foram disseminadas, germinando outras ONGs como a APREMAVI, no Alto Vale do Itajaí, e a APREMA, em Joinville. Foi ainda co-fundadora da FEEC – Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses.

Configura-se como entidade conservacionista cidadã. Tem como objetivo principal a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, atuando em prol da qualidade de vida das atuais e das futuras gerações de todas as espécies.

Desde sua fundação, desenvolveu amplo trabalho de educação ambiental. Seguindo o princípio “conhecer para amar e preservar”, desenvolve a educação ambiental com a promoção de excursões e caminhadas a locais de interesse ecológico-cultural e de palestras e atividades em escolas e instituições da região com temáticas ambientais.

Tem declaração de Utilidade Pública Municipal e Estadual, no entanto também atua em parceria com entidades conservacionistas no âmbito nacional, atuando junto: as Unidades de Conservação; nos espaços rurais e urbanos para melhorar o equilíbrio ecológico; mananciais, cursos d’água e bacias hidrográficas (prevenindo danos e promovendo o retorno ao equilíbrio ecológico destes ambientes); na prevenção da poluição de qualquer forma; no encaminhamento de denúncias ambientais para verificação dos órgãos responsáveis; na educação ambiental, com palestras em escolas, e participação em eventos ambientais e em Semanas do Meio Ambiente; no melhoramento e adequação de vias públicas para uso de pedestres e ciclistas, sempre pensando na redução da quantidade de veículos automotores, consequentemente na diminuição da quantidade de CO_2; na manutenção e preservação do patrimônio histórico-cultural, entre outros.

Participou ativamente das grandes discussões ambientais, tendo engajando-se em campanhas no combate ao projeto de dessalinização do complexo lagunar da região de Laguna, a depredação da Reserva Indígena de Ibirama, a usurpação da praça pública Hercílio Luz para a construção do privado Biergarten e a venda do terreno público do antigo restaurante Frohsinn, no Morro do Aipim, doado à prefeitura pelo fundador da cidade, em Blumenau. Aderiu também à campanha nacional contra a caça às baleias, na década de 1980, tendo colhido mais de 8000 assinaturas. O translado do histórico Tamarindo (Tamarindus indica), em julho 1998, plantado por Thusnelda, filha do naturalista Fritz Müller, na década de 1890, também teve participação ativa na entidade. Infelizmente, vítima de uma falha administrativa, em setembro de 2013 o Tamarindo foi cortado. Em dezembro de 2015, o plantio de uma muda produzida com semente dele significou a continuidade de uma história viva. Tem lutado atualmente para a preservação da região da Nova Rússia, em Blumenau.

Mas a maior conquista da ACAPRENA foi concretizada com a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), após uma luta de 25 anos. Foi também a entidade responsável pela elaboração do seu Plano de Manejo, pronto e aprovado dentro dos 5 anos de criação do Parque, algo incomum no Brasil. O PNSI é um local de rara e imponente beleza que merece ser visitado por todos. Seus 57.000 hectares englobam partes dos municípios de Blumenau, Indaial, Apiúna, Ascurra, Presidente Nereu, Vidal Ramos, Guabiruba, Botuverá e Gaspar. O Parque protege rica biodiversidade: mais de 620 espécies animais e mais de 500 vegetais já foram inventariadas, formando um dos mais importantes remanescentes de Floresta Atlântica do Sul do Brasil. Além das espécies já catalogadas, há possibilidade de novas espécies serem descobertas e descritas na área do Parque Nacional. O Parque tem também relevante importância na proteção de espécies vegetais com potencial medicinal, mas é carente em pesquisas nessa área. Suas nascentes protegidas fornecem água de qualidade para mais de 500 mil pessoas no Vale do Itajaí, além de proteger as cidades contra as enxurradas, minimizando as enchentes, estiagens, erosão do solo e melhorando o clima local. É uma importante área para o lazer, turismo, educação ambiental e pesquisa científica. Nada simboliza melhor a esperança no futuro do que a proteção e conservação ambiental numa Unidade de Conservação.

A mais antiga ONG ambientalista de Santa Catarina tem combatido o bom combate. Há mais de quatro décadas promovendo palestras, excursões e caminhadas ecológico-culturais entre outras atividades que têm por objetivo aproximar as pessoas da natureza, do meio ambiente natural e também do construído. Trabalhamos pelo despertar da consciência sobre a importância da preservação e conservação da natureza e seus recursos para o futuro da espécie humana e de todas as outras espécies com as quais compartilhamos o planeta.

SISTEMA PRISIONAL: QUEM LEMBRA DELAS?

População carcerária feminina enfrenta a violação de direitos humanos, omissão do Estado e abandono da família

POR ARIANE MARIA BLUM.

Estudante de Direito/FAMEBLU <arianemariablum@gmail.com >

UESLEI MARCELINO

O Brasil sustenta atualmente a nada honrosa 4ª posição no ranking mundial de países que mais encarceram no mundo. Em 2014 chegamos a 607.731 pessoas e a cada ano essa população cresce cerca de 7%. Com um déficit de 231 mil vagas, é cada vez mais evidente a falência total de nosso sistema prisional. Público e notório o fato de que nossos presídios não possuem capacidade para realizar sua principal tarefa: a ressocialização. Relatos de abusos, falta de estrutura, privação de direitos, desumanidade. Realidade conhecida pela sociedade embora ignorada pelo poder público.

Dentro desse sistema, porém, há uma parcela esquecida por ambas as instâncias. Cerca de 6,4% de toda a população carcerária é formada por mulheres. Minoria, além de enfrentarem a violação de direitos humanos e omissão do Estado, as presidiárias convivem com o abandono da família.

A Lei de Execuções Penais (LEP) prevê em seus artigos, um rol de direitos que visam garantir a dignidade dos apenados durante seu período de internação, possibilitando a efetiva reintegração posterior à sociedade. Em ambos os casos (masculino e feminino) há o desrespeito à legislação e precariedade. No entanto, essa violação se agrava quando existem fatores que propiciem que isso aconteça. Mulheres menstruam, mulheres engravidam, mulheres precisam de atendimento ginecológico periódico. O que existe, no entanto, é o total desrespeito tanto a legislação quanto ao ser humano do gênero feminino. A falta de assistência material faz com que as apenadas , segundo relatos, utilizem miolo de pão como absorvente íntimo, jornal velho como papel higiênico entre outras medidas degradantes. O direito a amamentação até os seis meses de idade da criança é negado devido à falta de estrutura dos presídios. Várias unidades não contam com atendimento médico ginecológico e muitas ficam sem esta assistência antes ou depois do parto. Casos de não extração dos pontos de incisão e falta de informação quanto ao tempo de gestação são realidade constante. Mães são obrigadas a dar a luz algemadas, mais uma violação bárbara dos direitos humanos.

O abandono da família é uma triste realidade. Constata-se que em casos de prisão de homens a família mantém visita constante. O mesmo não acontece com as mulheres, uma passada em frente a um presídio em dias de visita e esse fato fica evidente. Esse fator agrava a omissão do Estado visto que, no caso dos homens, a família (geralmente a companheira) acaba por suprimir as necessidades básicas com alimentação, itens de higiene e diversos. No caso das mulheres o abandono é generalizado. Abandono este que não encontra outra explicação senão na reprovação social causada por uma sociedade machista e patriarcal.

Importante ressaltar que, segundo o Conselho Nacional de Justiça e Infopen Mulheres, a população carcerária feminina saltou assustadoramente 567% nos últimos 15 anos. A maioria dos casos por tráfico de drogas, crime não violento que traz dinheiro para a casa de "mães solteiras" e com pouca instrução. Além disso, muitas mulheres são presas quando tentam entrar nos estabelecimentos prisionais portando entorpecentes. Coagidas por seus companheiros, acabam sendo detidas após passar por revista vexatória. Preocupante também o fato de que considerável número de garotas entre 16 e 18 anos são pegas praticando o mesmo ato. Aqui a redução da maioridade penal nos atingiria em cheio. O número de apenadas nesse sistema vil daria um salto enquanto o crime organizado, comandado por homens, aliciaria meninas ainda menores para o que se chama de tráfico de portaria.

> **"A cada dia um novo retrocesso nos é apresentado pelos três poderes que nos governam. Realizamos a proeza de eleger o legislativo mais conservador desde os sombrios tempos da ditadura. Poder financiado pelas grandes corporações e guiado por fundamentalistas religiosos.**

A cada dia um novo retrocesso nos é apresentado pelos três poderes que nos governam. Realizamos a proeza de eleger o legislativo mais conservador desde os sombrios tempos da ditadura. Poder financiado pelas grandes corporações e guiado por fundamentalistas religiosos. Dentre todos os afetados por estes retrocessos as camadas mais pobres da sociedade é que sofrerão os impactos mais fortes e irreversíveis, já o estão sofrendo. No canto desta sala escura, esquecidas, estão as mulheres inseridas no sistema prisional, a falta de visibilidade faz com que pereçam ainda mais. É chegada a hora dos movimentos progressistas olharem pelas que estão em situação de cárcere, mas não sem antes questionar o porquê de ainda não o ter feito. Estaríamos aparelhados ao pensamento retrógrado e machista ou apenas nos falta memória?

AS MUDANÇAS COM A VENDA DOS VEÍCULOS DA RBS EM SANTA CATARINA

Quem são os novos donos das operações da Rede Brasil Sul no Estado, o que representa o negócio para o ramo da comunicação e o que esperar do jornalismo com a troca de comando

POR LUCAS ADRIANO DIAS, EMERSON EDIOBERTO DA ROSA E MAGALI MOSER

Estudantes do curso de Jornalismo da FURB - mestranda em Jornalismo e professora de Mídia Regional

A notícia passou quase despercebida pelo grande público. Em março de 2016, após frequentes boatos, foi anunciada oficialmente a venda dos veículos de comunicação do Grupo RBS em Santa Catarina (que incluem as emissoras de televisão RBS TV, a TV COM, os jornais Diário Catarinense, Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Hora de Santa Catarina e as rádios CBN Diário, Atlântida FM e Itapema FM). O início das operações do grupo gaúcho no Estado se deu em 1979, com uma concessão de televisão dada à RBS TV em Florianópolis (CRUZ, 1996), 22 anos após a aquisição da primeira emissora de rádio do grupo no Rio Grande do Sul, a Rádio Gaúcha. A troca de comando das operações de comunicação do grupo no Estado põe fim a uma fase, mas o que representa de fato a mudança e o que se pode esperar dos novos proprietários?

Fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho em 1957, o Grupo RBS passou pelas mãos de lideranças da nova geração da família. O conglomerado começou a dar sinais de desgaste, com o enxugamento de equipes, fechamentos de sucursais e filiais, além das mudanças da linha editorial nos impressos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em meio a este contexto, 37 anos após chegar ao Estado, a RBS optou por vender suas operações em território catarinense a dois empresários que não possuem experiência em comunicação. O sócio majoritário passou a ser Carlos Sanchez, proprietário de um dos maiores laboratórios farmacêuticos do país, e o sócio minoritário é Lírio Parisotto, ex-acionista da Celesc, da Usiminas e dono de uma empresa petroquímica.

> **“A RBS optou por vender suas operações em território catarinense a dois empresários que não possuem experiência em comunicação. O sócio majoritário passou a ser Carlos Sanchez, proprietário de um dos maiores laboratórios farmacêuticos do país, a EMS, e o sócio minoritário é Lírio Parisotto, ex-acionista da Celesc, da Usiminas e dono de uma empresa petroquímica.**

O paulistano Carlos Sanchez é ligado ao ramo farmacêutico desde pequeno. Seu pai abriu uma farmácia no ABC Paulista, onde tudo começou. Em 1964, o pai de Sanchez fundou um pequeno laboratório farmacêutico chamado EMS. Após sua morte, o filho tocou sozinho o negócio da família durante algum tempo, mas o laboratório acumulava algumas dívidas, e ele não hesitou vender os bens da família, inclusive a farmácia. O laboratório sobreviveu no decorrer das décadas de 80 e 90, mas o grande salto nas vidas da EMS e de Sanchez se deu no início dos anos 2000, quando a empresa passou a ser o primeiro laboratório farmacêutico brasileiro a produzir medicamentos genéricos, transformando-se em poucos anos em uma das maiores empresas do ramo no país. A partir do laboratório, surgiram outros empreendimentos que formaram o grupo NC, com lucros de mais de 3 R$ bilhões em 2014.

No final do ano passado, durante delação premiada do senador Delcídio do Amaral, a EMS foi citada em conteúdo relacionado à campanha eleitoral de 2014 do então candidato ao governo do estado de Mato Grosso do Sul. O delator alegou que o tesoureiro da campanha da presidente Dilma Rousseff, Edinho Silva, estaria cobrando uma dívida de R$ 1 milhão da campanha de Delcídio em nome do laboratório EMS.

Segundo lista divulgada pela Revista Forbes Brasil, Sanchez é hoje o 26º homem mais rico do Brasil, com uma fortuna avaliada em R$ 6,89 bilhões. O grupo NC é um dos 250 maiores conglomerados empresariais do país, e detém empresas nos mais diversos setores da economia. Incipiente no ramo da comunicação, será a primeira experiência do grupo farmacêutico no setor. A aquisição dos veículos de comunicação, antes pertencentes à RBS, gira em torno da cifra de R$ 800 milhões, segundo fontes relacionadas à emissora. Há quem especule que o valor ultrapasse R$ 1 bilhão. O empresário do ramo de medicamentos não será o único acionista a comandar o maior conglomerado de mídia em Santa Catarina. O gaúcho Lírio Parisotto também entrou no negócio com uma participação de 25% no novo grupo catarinense. Carlos Sanches ficará como sócio majoritário, tendo para si 75% das ações.

Lírio Parisotto é natural de Nova Bassano, pequena cidade da serra gaúcha, e cursou Medicina, em Brasília. Adquiriu uma pequena empresa chamada AudioLar, que produzia peças de discos e CDs em Porto Alegre. Fundou posteriormente outra empresa, chamada VideoLar, e transferiu todo seu polo industrial para a Zona Franca de Manaus. Produz atualmente elementos químicos componentes de DVDs, CDs, fitas plásticas, resinas e bobinas. Lírio é um dos maiores investidores na bolsa de valores em São Paulo, já esteve em Santa Catarina como acionista das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), em 2009, durante o governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Também foi acionista da Usiminas entre 1997 e 2015. No ano de 2013, Parisotto adquiriu no Rio Grande do Sul a empresa Innova Petroquímica por R$ 870 milhões. Atualmente, o empresário é apontado também pela Revista Forbes Brasil como o 30º homem mais rico do país, com uma fortuna avaliada em R$ 1,1 bilhão.

Investidor financeiro bem sucedido, Lírio tem envolvimento com a política. Foi segundo suplente do senador pelo Amazonas e ex-ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. O empresário (PMDB-AM), que sequer mora no estado sede da empresa VideoLar, também é vice-presidente da Organização Não-Governamental Fundação Amazônia Sustentável, criada em 2007, com objetivo oficial de conservação ambiental e auxílio a comunidades indígenas da floresta amazônica. O bilionário teve seu nome mencionado no escândalo Swissleaks, com o vazamento de dados bancários de clientes do HSBC, na Suíça, sendo investigado pela Receita Federal do Brasil por fraude fiscal. Lírio Parisotto também não tem histórico com veículos de comunicação comerciais no país. A aquisição de 25% das ações da então RBS em Santa Catarina será sua primeira experiência como controlador de emissoras de rádio, jornais e TV.

Como lembra o professor Rogério Christofoletti, “As últimas quatro décadas produziram uma relação tumultuada entre sociedade e o Grupo RBS. Por isso, o anúncio da venda das operações no estado pode gerar sentimentos contraditórios e confusos.” (CHRISTOFOLETTI, 2006). Em 2006, o Ministério Público Federal questionou a formação de oligopólio do Grupo RBS em Santa Catarina, após a aquisição do jornal A Notícia, de Joinville, pelo conglomerado. Para o MPF, a situação era clara: um único grupo econômico detinha quase a total hegemonia das comunicações no estado. Se ainda é cedo para sentir os impactos da mudança de comando ou avaliar seus efeitos, parece-nos fundamental o reconhecimento de que a comunidade catarinense merece e tem direito a uma comunicação forte e fundamentada nos preceitos da pluralidade de vozes e versões para garantir o direito à informação. O avanço da cidadania e a consolidação de uma sociedade democrática passa indiscutivelmente por essa condição.

REFERÊNCIAS:

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Quem ganha com a venda da RBS de SC? 2006. <https://objethos.wordpress.com/2016/03/07/ponto-de-vista-quem-ganha-com-a-venda-da-rbs-de-sc/> Acesso em 30 de maio de 2016.

CRUZ, Márcia Dulce. Televisão e negócio. A RBS em Santa Catarina. Florianópolis/Blumenau : Editoras da UFSC e da FURB, 1996.

FOTO: YOANA CARMO

A BLUMENAU DA PLURALIDADE

COLMEIA 2016 ocorre nos dias 24 e 25 de setembro, no Teatro Carlos Gomes, com todas as formas de arte. Surgido em 2012 e idealizado pelo artista plástico e ativista cultural Clóvis Truppel, falecido em novembro de 2014, o evento se consolida no calendário artístico e cultural da cidade como celebração da diversidade. Veja a Carta Aberta dos integrantes e saiba como participar.

CARTA COLMEIA

QUEM SOMOS

O COLMEIA, Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas, é composto por pessoas de vários segmentos da produção artística e cultural de Blumenau e região, em Santa Catarina.

NOSSA CAMINHADA

Integrar artistas de diversos segmentos e linguagens, proporcionando espaços para apreciação, fruição e vivência da arte, provocando e instigando encontros gerais e setoriais para organizar o movimento COLMEIA. Fomentar a arte e ampliar a rede de contatos entre artistas, público, equipamentos e instituições culturais, promovendo o protagonismo e a autonomia na classe cultural.

O EVENTO

O Coletivo COLMEIA propõe ao Teatro Carlos Gomes a realização de um evento anual e em conjunto promovem, desde 2012, uma ação de dois dias com intervenções e experimentações artísticas. Criou-se um evento plural, compilando a produção local em diversas expressões: teatro, música, dança, visuais, hip hop, cultura digital, cinema, artesanato, moda, literatura, culinária, entre outros.

As obras, performances e oficinas ocupam todos os espaços do teatro, estimulando o público - e os artistas - a se movimentar e interagir. O evento é colaborativo, organizado pela classe cultural em conjunto com o teatro. A parceria estabelecida indica que o Teatro Carlos Gomes cede as dependências e a estrutura sem custos e os artistas cedem a sua produção. Desta forma, a comunidade tem acesso ao movimento cultural sem cobrança de ingressos.

COMO PARTICIPAR

Adesão: o movimento COLMEIA tem como característica fundamental a sua abertura a adesões pelas redes sociais. Como primeiro passo, o interessado ingressa na rede social e solicita a participação no grupo e após aprovação ele irá deixar um recado (ex: "tô dentro") confirmando a adesão ao grupo. A participação presencial nas reuniões é fundamental para o artista estar alinhado com as propostas e contribuir com a organização, comparecendo em pelo menos 50% das reuniões programadas para depois da sua adesão.

Inscrição: o Coletivo está aberto a todas as manifestações, e no evento prioriza propostas autorais, para integrantes que se façam presentes nas reuniões e que sejam artistas de produção regional. Em caso de grupo, pelo menos um integrante deverá participar das reuniões. Os artistas domiciliados em outros municípios, desde que justificado, poderão ter um representante. Essa pessoa poderá representar a si e a mais outro artista/grupo.

As inscrições são realizadas, por área, através de links divulgados na página do COLMEIA no www.facebook.com/coletivocolmeia, que dão acesso a um formulário. Ao inscrever-se, o interessado fornece informações pertinentes à sua obra e concorda em participar de forma espontânea e gratuita, tendo a disponibilidade para que sua participação ocorra em qualquer um dos dias do evento. Antes de divulgar ao público a programação final, o cronograma é partilhado aos inscritos com seu horário e local de apresentações. A partir deste momento, divulga-se a programação.

Participação: os moderadores dos GTS (grupos de trabalho por área) serão responsáveis por integrar toda a programação, encaixar as atrações nos espaços apropriados, respeitar o tempo de montagem/desmontagem, a carga limite de público (se for o caso), harmonizar as atrações para que uma não interfira na outra, e compor uma programação diversificada e que promova a integração dos diferentes gêneros e linguagens das artes.

Acompanhe as notícias e as novidades pelo www.facebook.com/coletivocolmeia

NÃO É SÓ POR UMA ÁRVORE, É PELA CIDADE

POR SALLY SATLER

Procuradora municipal e escritora

Nesses tempos em que devemos defender o óbvio, relutei muito em escrever sobre a figueira que luta, com a ajuda de muitas pessoas, para manter-se viva na Rua Heinrich Hosang, em Blumenau. Mas é necessário. É urgente.

O Ministério Público firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) com a construtora Torresani, com o Condomínio Porto Real e o Município de Blumenau, a fim de garantir a metragem mínima de passeio público para os pedestres passarem na frente do Condomínio.

E a solução para a regularização, pasmem, foi determinar a morte da árvore que está ali há mais de 40 anos. Não foi cogitada a adequação da construção, possivelmente porque a construtora não quer arcar com os custos disso. E pouco importou aos envolvidos que a Construtora tivesse ignorado completamente em seus projetos a figueira ali existente.

Mas o que a Promotoria, a Construtora, o Síndico do prédio e a Prefeitura não contavam era com as pessoas, os coletivos e as entidades que estão resistindo a essa solução vexatória. Um grupo foi ao Ministério Público e à Prefeitura para tentar reverter a ordem de corte, que restou, com o perdão do trocadilho, infrutífera.

Sabemos que a ABC Pró Ciclovias fez pedido por escrito de reconsideração ao Ministério Público, nos autos do Inquérito Civil. Mas já sabemos também que não podemos contar apenas com a 'sensibilidade' da Promotora Monika Pabst.

Por isso, entendo importante e urgente que as entidades de Blumenau que lutam por causas ambientais e urbanísticas, busquem anular esse TAC judicialmente. É possível sim, ajuizar ação de anulação do termo de ajustamento de conduta contra todos os que firmaram o TAC, inclusive o Ministério Público e o Estado de SC – como pessoa jurídica atrelada ao MP – pedindo também uma tutela de urgência (medida liminar), a fim de impedir o corte da árvore até a decisão final da ação anulatória.

Um TAC não pode servir de alvará para agredir outros interesses coletivos/difusos. As árvores não podem mais ficar marcadas para morrer em tempos de escassez de área verde, como é o caso da região central de Blumenau, que sofre com temperaturas de mais de 40 graus no verão e com o excesso de gás carbônico.

Existem alternativas de regularização, como ampliação do passeio, deslocamento de equipamentos do prédio, etc. E quem construiu e lucrou, que arque com isso. Precisamos romper paradigmas, caso contrário, não sobrará uma única árvore de grande porte na região central da cidade.

Não é só pela árvore da rua Heinrich Hosang que escrevo. É pelo que esta árvore simboliza. Por essas pessoas que estiveram e ainda estão alertas ao seu lado, lutando para que a cidade não se defina somente por concreto e ferro, calor e gás carbônico. É por uma Blumenau mais humana, mais agradável, com mais árvores, parques, passeios regulares, com transporte público de qualidade e ciclovias interligadas.

POR ANDRÉ DIOGO

Estudante do curso de Arquitetura e U

1972, década marcante no Brasil e revolução dos cravos em Portugal e d No início dessa década, plantou-se u ali por todos esses anos, assistindo d 2016, quarenta e quatro anos depois, luentes é preocupante nas cidades, a temas dominantes em diversos curso Prefeitura Municipal de Blumenau tor com meio século de idade.

Assisto este cenário de total d quão preocupante está a situação da Acredito que situações como essa, sa amos nos perguntar sobre atitudes to um futuro próximo. A providência da tísticas de poluição, mas também, no próxima geração de estudantes e pro tecendo sem nem mesmo ter uma raz

A explicação para esta atitude de pedestres de maneira aceitável e sas soluções para o caso, uma delas permitiria aos pedestres uma maior s necessário a derrubada da figueira, j mento, que é desnecessáriamente la veículos transitem em velocidade aci olhos de quem não quer enxergar ser fora revelado que haviam motivos po to à acessibilidade. Raizes poderiam edificação, que também foi construíd ressante como uma atitude leva à ou natureza ser questionável.

A figueira não apenas é uma a gresso. Necessitamos de mais árvore posicionar contra a situação atual, m ministrações, plantio de mais árvores de. Uma cidade arborizada é uma cid

FOTO: MAGALI MOSER

O VELHO E O NOVO

POR MAIKO RAFAEL SPIESS

Professor do Curso de Ciências Sociais da FURB <mspiess@furb.br >

A política brasileira tem cheiro de coisa velha. Apesar da rápida sucessão de acontecimentos dos últimos meses - do início do processo de impeachment de Dilma ao novo governo de Temer - a lógica e os mecanismos da política brasileira continuam os mesmos de outros tempos. Mudam os nomes e os fatos, mas se repetem antigas práticas; o que nos é apresentado como novidade é, na verdade, a repetição de fórmulas consolidadas. Em outras palavras, o dinamismo e espetacularização do noticiário político escondem a reprodução de um repertório antiquado, mas bastante eficaz, de práticas políticas que se enraízam por todo o espectro do sistema político-partidário. No Brasil, esquerda e direita se alternam como promessas para o futuro, mas quase sempre apontam para o passado.

No caso do recém-iniciado governo Temer, os indícios parecem ser claros. De fato, apontar os traços conservadores de seu projeto de "ordem e progresso" não é um grande desafio e, nesse aspecto, a identidade visual de sua gestão é de uma sinceridade admirável. Desde a alardeada ingerência do filho caçula na escolha da marca (patrimonialismo aparentemente se aprende em casa), ao número de estrelas que remetem à bandeira nacional dos tempos da ditadura, os lapsos freudianos estão aí para quem quiser perceber. Mais importante, no entanto, é notar que a condução dos negócios públicos da gestão Temer segue a cartilha tradicional: escambo de cargos por apoio no Congresso e nomeação de homens "notórios", de conduta nem tão ilibada, para cargos públicos. A recente gravação envolvendo Romero Jucá apenas torna mais evidente essa lógica.

Porém, isso obviamente não é exclusividade de Temer. O mesmo olhar crítico, se voltado para os governos Dilma e Lula, revela práticas semelhantes. Apesar de inegáveis avanços sociais, durante a "era PT" não faltaram nomeações de militantes sem perfil técnico para cargos diversos, acordos políticos com lideranças arcaicas como Collor, Sarney ou Maluf, ministérios de conveniência e esquemas milionários de corrupção. A análise parte do próprio partido: em um documento publicado em 17 de maio, o PT faz uma espécie de autocrítica, admitindo seu envolvimento em "práticas de partidos tradicionais" e sua "contaminação" pelo modelo de financiamento empresarial de campanhas políticas. O *mea culpa* tardio evidencia as bases duvidosas da governabilidade petista, que normalmente eram encobertas por um discurso fortemente populista. A dura lição é que, na realidade, o Partido do Trabalhadores governava com o aval das oligarquias.

Uma parcela crescente da população percebe os limites da democracia brasileira e busca ativamente novas formas de participação e organização. As manifestações de 2013, por exemplo, demonstraram a obsolescência dos espaços políticos tradicionais e o crescente distanciamento entre os partidos, governantes e a população. Em grande medida, a classe política apenas fingiu compreender o fenômeno e reagiu de forma modesta. Eventualmente, o ímpeto original se diluiu e as manifestações cessaram, mas do embrião de 2013 surgiram outras movimentações que reiteram a busca por novos espaços e métodos: problemas e questões diversas cada vez mais parecem ser abordadas de forma direta, contornando ou excluindo partidos e outras instituições. Para além de uma disputa entre esquerda e direita, trata-se do embate entre o velho e o novo.

Esse confronto se manifesta na organização democrática e horizontal das ocupações de escolas em diferentes estados do país, ocorridas desde o ano passado; pela rejeição, por parte de alguns desses coletivos, do envolvimento de organizações hierárquicas associadas a partidos políticos, como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas); curiosamente, também fica transparente, na vaia, que líderes tucanos levaram em uma das grandes movimentações a favor do impeachment e na incapacidade dos partidos de se apropriarem desses novos movimentos de direita, organizados principalmente por meio da Internet e das redes sociais. Ainda que os indícios do esgotamento da política tradicional e do surgimento desses novos modelos comecem a ser notados, eles não são ainda corretamente interpretados. A realidade muda mais rápido do que a capacidade de compreendê-la.

Portanto, a direção e intensidade dessa renovação ainda não estão claras e seus resultados são imprevisíveis. O descontentamento com o velho parece impulsionar a participação política direta, sem ranços do arcaísmo político brasileiro, mas também pode abrir espaço para lideranças populistas tradicionais. Por isso, o momento não é de retração ou negação da política, mas de investir no sentido oposto. É preciso repensar a política, suas formas de organização e de intervenção. É preciso ousar. A disputa republicana entre diferentes projetos de sociedade depende, sobretudo, da superação daquilo que não funciona. Nesse sentido, a crise política que atravessamos pode servir como o primeiro passo: somente se abandonarmos os valores de nossas tradicionais elites políticas, à esquerda e à direita, seremos capazes de criar algo verdadeiramente novo.

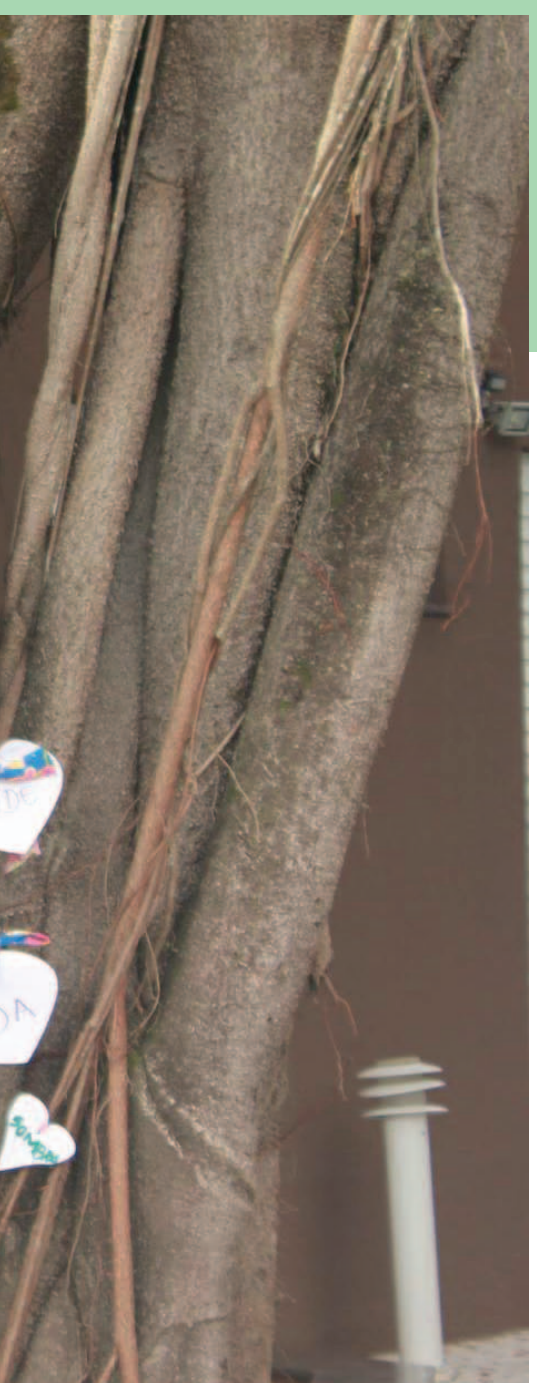
"A política brasileira tem cheiro de coisa velha. Apesar da rápida sucessão de acontecimentos dos últimos meses - do início do processo de impeachment de Dilma ao novo governo de Temer - a lógica e os mecanismos da política brasileira continuam os mesmos de outros tempos. Mudam os nomes e os fatos, mas se repetem antigas práticas; o que nos é apresentado como novidade é na verdade, a repetição

Urbanismo

mundo. Crise do petróleo acontecendo, ditadura militar no Brasil em seu auge. ma semente de Figueira, que esteve le longe tudo acontecendo à sua volta. período onde a concentração de po- ecologia e sustentabilidade se tornam s de ensino superior, em contrapartida, ma como providência, cortar uma árvore

constrangimento, de longe, observo o administração que comanda a cidade. ão apenas amostras do quanto deverí- madas, que podem nos prejudicar em derrubada não atinge apenas nas esta- exemplo em que está sendo passado, à fissionais, que assistem tudo isso acon- ão coerente para tal ato. e deve-se ao impedimento da passagem satisfatória. Fora desenvolvida diver- seria o alargamento da calçada, que egurança e ao mesmo tempo, não seria unto com a diminuição da pista de rola- rga e que por consequência permite que ma da permitida. Tal providência aos ia improvável, inviável. Após a pressão, r trás da preocupação suspeitável, quan- interferir na instalação de gás de uma a poucos metros do Rio Itajaí-Açu. Inte- tra, principalmente se ela tem como por

árvore, mas símbolo de esperança e pro- es, devemos não apenas protestar e se as também cobrar da atual e futuras ad- s espalhadas em vários pontos da cida- lade pensada, leve e calma.



QUANDO ELES VÃO EMBORA CEDO DEMAIS

ARQUIVO PESSOAL

Acidente que ceifou a vida da jovem universitária Larissa de Pin Laux e Victor Hugo Fusinato (fotos), ao lado da Praça do Estudante, no Bairro Vila Nova, em maio, expõe a trágica realidade: Foi a sétima vítima fatal no trânsito na área urbana de Blumenau neste ano.

POR MÁRCIA PONTES

Coordenadora Estadual do Maio Amarelo em Santa Catarina

Não existe dor maior, vazio mais profundo e perda mais irreparável do que a da morte.

Cada vez que sabemos da morte de alguém conhecido morremos junto. Quando é alguém desconhecido, por alguns momentos nos comovemos, sentimos, nos colocamos no lugar da família, dos pais, dos filhos, mas voltamos rapidinho à nossa realidade porque não suportamos.

Quando é nosso pai, nosso filho, marido, esposa, amigo, aí desmoronamos. Nunca mais somos os mesmos.

A sensação é de paralisia, desespero, não acreditamos, a ficha não cai. Só quem foi acordado com a notícia de um acidente durante a madrugada sabe como é o mundo desmoronar sobre nós.

Nada mais importa: carro, riqueza, status, ostentação, os bens que construímos ao longo de toda a nossa vida ou tudo aquilo que não temos e que faz falta. Nada mais faz mais falta do que a vida.

Nada mais faz mais falta do que o bom dia a quem se foi e nunca mais vai voltar. Nada mais faz mais falta do que o sorriso, a alegria, o abraço, a presença física de quem amamos. Pensem na dor de um pai que perde seu filho cedo demais. Alguns, ainda bebês, crianças, adolescentes, ou mesmo adultos e idosos.

Mas, o que importa mesmo é que eles nunca mais voltarão porque foram vítimas de alguém que agiu com imprudência, perícia, negligência, ou vítimas de si mesmos. O tempo não volta como nos filmes de campanhas premiadas de acidentes de trânsito, em que identificamos o erro, o reparamos e pedimos desculpas.

Nossos jovens continuam espertos demais, desafiadores demais, autoconfiantes demais. Eles já nascem bem informados, com a tecnologia na mão, mas, por algum motivo há ruído na comunicação e eles não captam a mensagem de autocuidados.

Desde que se inventou o automóvel e os outros tipos de veículos são eles que encabeçam todo o tipo de estatística sobre acidentes, mortos e feridos.

Aquelas cenas trágicas com carros capotados, divididos ao meio, destruídos, os corpos espalhados e a família em desespero que a realidade nos mostra a cada dia não os toca, não os sensibiliza. Eles não conseguem entender que não estão imunes e tampouco se colocar no lugar das vítimas e de suas famílias. Eles parecem e demonstram não acreditar que não há antídoto e que acidentes só "acontecem" com os outros.

Quantos morreram tirando selfie enquanto aceleravam e viam o ponteiro do velocímetro estar próximo ou atingir o máximo? Quantos morreram acelerando o carro novo e potente que ganharam ou emprestaram dos pais mesmo com pouco tempo de habilitação? Quantos morreram ao volante ou de carona segurando o celular, a lata ou garrafa de cerveja ou destilado misturado com energético?

Quantos morreram ou mataram os seus melhores amigos depois de estar com eles há minutos comemorando a alegria da juventude, o final das aulas, o final de semana ou até mesmo o aniversário?

Informação parece não ser o problema, pois pertencem à geração Y, nasceram na era da tecnologia em que se acessa tudo com um simples toque na tela. O problema é o modo como são seletivos: se a realidade cotidiana nos mostra tragédias no trânsito eles pulam e não acessam. Acessam-se, é por curiosidade, mas o que lêem e vêem não lhes é significativo.

Dizer que são os filhos de famílias desestruturadas e de pouca instrução ou de classe social menos abastada não é regra, pois muitos são bem nascidos, cresceram em famílias amorosas, estudaram nas melhores escolas, estudam nas melhores universidades, ganham carros potentes logo cedo e costumam ter uma vida menos difícil e mais confortável do que a maioria de sua idade.

Mas, o comportamento de risco continua sendo o mesmo: festas, baladas, comemorações de aniversário que deveriam ser para celebrar a vida e mais um ano entre nós. Só que terminam em tragédia.

> **"Nossos jovens continuam espertos demais, desafiadores demais, autoconfiantes demais. Eles já nascem bem informados, com a tecnologia na mão, mas, por algum motivo há ruído na comunicação e eles não captam a mensagem de autocuidados. Desde que se inventou o automóvel e os outros tipos de veículos são eles que encabeçam todo o tipo de estatística sobre acidentes, mortos e feridos.**

Ao lado do carro capotado as latas de cerveja, garrafas de bebida alcoólica. Não raro, corpos atirados pelo vidro porque relaxaram tanto, confiaram tanto ao ponto de estarem sem cinto. "Não dá nada", pensam.

E em questão de minutos o riso, a alegria, a gargalhada farta e sincera vira grito de dor, de desespero, vira choro e pedidos de socorro antes de ficarem inconscientes como resultado da colisão que poderia ter sido evitada. Depois que o previsível se confirma nada mais pode ser feito.

O tempo não volta.

Balada, para muito jovens, só faz sentido se for de carro. Para tantos, só faz sentido se tiver bebida alcoólica. Carona com alguém sóbrio, taxi ou transporte coletivo nem pensar. "É palha". Tem o carro prá quê?

Pais, filhos e sociedade precisam ser orientados.

Diante de uma tragédia como a que vitima centenas de jovens por dia no trânsito do nosso país se ouve e se lê de tudo nesse campo aberto, minado e, muitas vezes, pouco humanizado que são as redes sociais. Da parte dos familiares e amigos, a comoção, a dor, os mais profundos sentimentos e lamentos.

Da parte de estranhos, o julgamento: os pais não educaram direito, os filhos que não obedecem aos pais, que eles acharam o que procuraram enquanto muitos não conseguem orientar seus próprios filhos, familiares e amigos.

A educação para o trânsito, o diálogo, a informação, a orientação e a construção de limites começa em casa, mas vivemos uma geração de filhos desobedientes que não ouvem os seus pais, e isso não significa que sejam filhos mal educados. Pelo contrário: muitos são amorosos, carinhosos e sem saber, despedem-se de seus pais pela última vez com beijos e abraços. Eles sabem o que fazer, eles sabem as consequências de beber e dirigir, de acele-

rar, de transgredir no trânsito, de não usar cinto de segurança e de não exigir que os outros passageiros o usem. Eles apenas ignoram os autocuidados e os conselhos dos pais. Eles apenas ignoram e todos se machucam. Todos pagam um preço alto demais.

Não há que se execrar o jovem motorista que foi embora cedo demais porque ele errou e pagou com a própria vida. Não existe punição pior do que esta.

Não há que se culpar os pais porque seus filhos os desobedeceram. Eles já estão sofrendo demais com a morte de seus filhos ao verem a lei natural da vida se inverter e que diz que são os filhos que enterram os seus pais e não o contrário.

O nosso maior desafio enquanto cidadãos, pais e sociedade é encontrar uma linguagem que faça sentido para os nossos jovens e possibilite a aproximação, o acesso a eles, aos seus interesses e os façam adotar práticas seguras para viver e dirigir.

Precisamos saber onde e como nossos jovens estão, nos aproximarmos deles, encontrar um canal de diálogo e de orientação que realmente funcione. Precisamos alertá-los das consequências de todas as transgressões possíveis na vida e no trânsito e para isso, a participação de todos é fundamental.

Grupos de escoteiros, membros de Rotary, clubes, associações de moradores, terceiro setor, poder público, lideranças da sociedade, enfim, todos nós que tivermos contato com crianças, adolescentes e adultos mais jovens precisamos fazer a nossa parte, mas da forma correta.

“ O nosso maior desafio enquanto cidadãos, pais e sociedade é encontrar uma linguagem que faça sentido para os nossos jovens e possibilite a aproximação, o acesso a eles, aos seus interesses e os façam adotar práticas seguras para viver e dirigir.

Tudo o que temos a fazer não é só lamentar ou deixar nossos sinceros sentimentos às famílias de mortos e feridos no trânsito. Podemos e precisamos fazer muito mais todos os dias por todos que estão ao nosso redor para que também não os percamos para sempre.

Conversem mais com seus filhos, abracem mais, beijem mais, orientem mais. Negocie limites com eles. Mostre as consequências de cada ato impensado na vida e no volante.

Se for presentear o seu filho com um carro, não dê logo de cara carros potentes, principalmente se eles ainda têm pouco tempo de habilitação, sem esquecer que sem autocuidados qualquer pedestre ou veículo pode protagonizar tragédias no trânsito.

Saiba que filhos tendem a testar toda a forma de autoridade, começando pela do pai e da mãe.

Em algum momento transgredirão alguma regra familiar ou social para tentar mostrar que já são gente grande e sabem se virar sozinhos.

Não há outro caminho: ou nos protegemos uns aos outros ou continuaremos a ver nossos filhos indo embora cedo demais.

10 regras da segurança no trânsito

1. Todos os ocupantes do veículo, adultos e crianças, devem usar o cinto de segurança inclusive no banco traseiro.
2. Crianças de até 7 anos e meio nos carros devem usar os equipamentos de proteção adequada a idade (bebê conforto, cadeirinhas ou assentos de elevação).
3. Pedestre deve sempre ser respeitado. Lembre-se: você também é pedestre. Dê passagem à vida!
4. Dirigir embriagado reduz em até 25% o tempo de reação, aumentando o risco de acidentes. Se beber, vá de ônibus, táxi ou carona.
5. Bicicleta também é veículo, portanto deve respeitar a sinalização de trânsito. Motorista, mantenha uma distância segura de 1,5m ao ultrapassar ciclistas.
6. Respeite os limites de velocidade. Reduza a velocidade em frente a escolas ou lugares de grande concentração de pedestres.
7. Motociclista use sempre os equipamentos de proteção: capacete, luvas, botas e jaqueta.
8. Respeite as vagas reservadas para idosos e deficientes. A gentileza melhora a convivência no trânsito.
9. Não use o celular enquanto dirige. A distração é um dos principais fatores de risco para quem está ao volante.
10. Dirigir cansado ou com sono é tão perigoso quanto dirigir alcoolizado. Pare e descanse antes de pegar a estrada.

realização:

NÓS APOIAMOS ESSA IDÉIA!

QUATRO MULHERES ASSASSINADAS EM BLUMENAU EM MENOS DE QUATRO MESES

Estatísticas exigem enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e rompimento da cultura do silêncio

POR SHEILA FAGUNDES ISLEB E RICARDO BORTOLI

Servidora Pública Municipal, Psicóloga e Coordenadora CREAS I – Blumenau

Doutorando em Serviço Social – UFSC, docente no dep. Serviço Social – FURB e Servidor Público Municipal, Assistente Social do CREAS I – Blumenau

Este texto foi construído a quatro mãos e é resultado da intervenção da Psicologia e do Serviço Social, realizado através da experiência de intervenção com homens autores de violências contra a mulher, no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, sendo este um dos serviços de atendimento junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Blumenau/SC. Tem o objetivo de problematizar novos desafios sobre o fenômeno das violências de gênero com o enfoque nas masculinidades e no trabalho com homens autores de violências contra a mulher.

De janeiro a 22 de abril deste ano foram registrados quatro assassinatos de mulheres em Blumenau. Silvana, Kátia, Neiva e Juliana foram assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros. Conforme o Mapa da Violência de 2015 em SC, de 12 em 12 horas uma mulher é vítima de violência doméstica. Somente em 2014 foram assassinadas 53 mulheres. Esta é uma breve estatística, embora aqui em Blumenau tenhamos atualmente alguns mecanismos para enfrentar a violência, como a Casa Abrigo Eliza, onde podem permanecer por tempo indeterminado até que o ciclo de violências seja rompido e se sintam seguras para retornar ao lar, e outros serviços de atendimento. Destacamos também que a Lei Maria da Penha tem sido um dos principais avanços a nível nacional, embora complete dez anos, ainda precisa ser incorporada pelas instituições, como delegacia com especialidade em violência contra a mulher, judiciário implementando vara específica de violência doméstica, conforme prevê a lei. Estamos diante de desafios que vão além de proteger, é necessário prevenir para que outros crimes não ocorram.

> **“O fenômeno da violência deve ser encarado como parte de uma questão mais ampla, considerando suas origens histórica, social e cultural e suas influências na construção das relações sociais e intergeracionais. Dessa maneira, as práticas psicológicas e socioassistenciais não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais**

O fenômeno da violência deve ser encarado como parte de uma questão mais ampla, considerando suas origens histórica, social e cultural e suas influências na construção das relações sociais e intergeracionais. Dessa maneira, as práticas psicológicas e socioassistenciais não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, em níveis macro (sociedade) e micro (indivíduo), estudando as particularidades e circunstâncias em que as violações ocorrem, re-significando a compreensão sobre como as relações são construídas.

Aqui em Blumenau através da política de assistência social são previstas ações de enfrentamento às situações de risco pessoal e social por violação de direitos também junto aos homens autores de violência doméstica. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social ofertam este tipo de atendimento por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

Em 2014 foi firmada uma parceria entre o CREAS e o juizado da Vara Criminal, para que todos os homens que respondam processo por violência contra a mulher, através da Lei Maria da Penha, recebam medida cautelar ou sentencial para participação da ação socioeducativa de grupo de homens.

Tal ação parte do princípio de que as vítimas procuram a justiça e a polícia para intervir nos conflitos familiares, mas a pretensão da maioria delas com essa intervenção não é a condenação ou punição dos agressores, mas que tais instituições resolvam o conflito vivenciado com o homem ofensor. Neste sentido, além das medidas protetivas aplicadas à mulher, o juiz “poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (Art. 45), seguindo a perspectiva da adoção de medidas cautelares que promovam a abstenção do comportamento violento, e não necessariamente a punição do agressor. Constata-se que a solução simplista da punição imediata do agressor não satisfaz as mulheres, que desejam que seus ofensores deixem de ser violentos e não voltem a agredi-las.

Entre - out/14 - mai/16 foram encaminhados para o serviço 170 homens que receberam medidas protetiva, conforme abaixo.

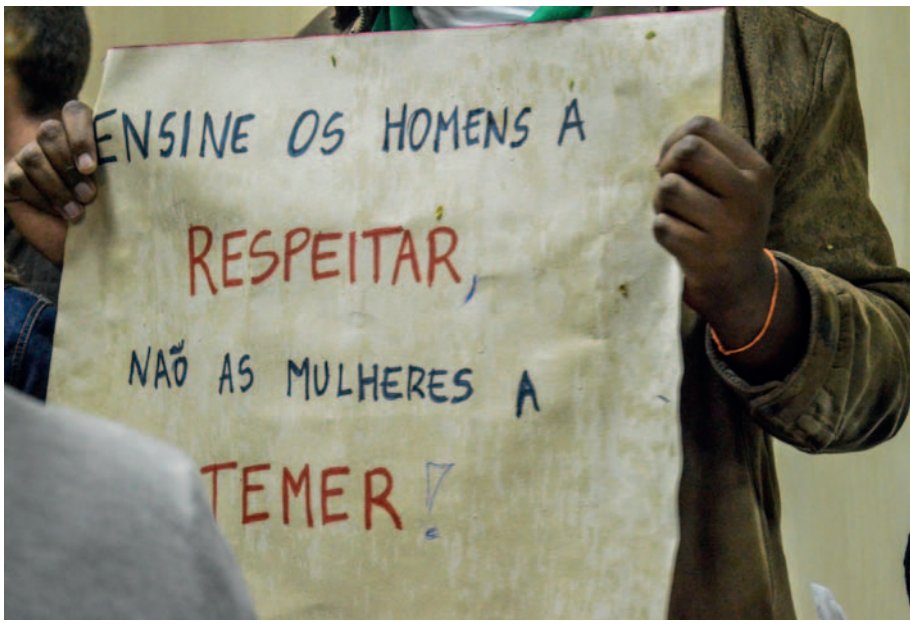
Dados – PAEFI CREAS - SEMUDES

O Grupo é aberto também a outros homens que não estão cumprindo medidas protetivas sendo que os encontros são quinzenais e promovem um espaço de escuta e orientação aos homens autores de violência doméstica e intrafamiliar. Os encontros se revelaram como efetivo instrumento de intervenção para reflexão e manejo das relações familiares caracterizadas pela prática da violência pautada nas relações de poder e opressão, relacionadas às questões de gênero, viabilizando o autoconhecimento e reduzindo a reincidência de práticas violadoras de direitos.

As temáticas que norteiam as ações dos encontros são: Violência / Lei Maria da Penha, Relacionamento familiar/ Questões de Gênero, Autoconhecimento e Auto Estima, Gênero e Saúde, Relacionamentos Intergeracionais, Cidadania e Direitos Humanos, Definição dos Papéis, Gênero e Educação, Paternidade, entre outros.

Neste panorama, cabe aos profissionais que atuam no grupo promover um espaço de escuta, que permita reconhecer os referenciais, concepções, conflitos e expectativas para identificação das demandas. Este espaço possibilita emergir as fantasias inconscientes dos homens envolvidos, como a atribuição ao comportamento feminino a causa dos problemas conjugais e frustrações pessoais, elencando o outro da relação para o exercício de uma função importante, pois representa a figura na qual se depositam e se encobrem as dificuldades pessoais dos sujeitos em questão. O olhar profissional, no entanto, não se restringe na atenção ao “culpado”, mas estende os cuidados a todo o grupo, acolhendo as demandas e ampliando a sua problematização.

É fundamental ter em mente que o foco é a narrativa que o sujeito constrói a partir das reflexões do grupo e que o posiciona diante das suas demandas pessoais. A escuta psicológica permite compreender



COLETIVO LENTE CRUA

em que posição discursiva este homem chega ao serviço, qual sua implicação, o quanto pretende mobilizar-se, o quanto as relações encontram-se cristalizadas, qual sua narrativa sobre as relações conjugais, familiares e sociais, ou ainda sobre seu papel enquanto marido, ex marido, pai entre outros. Qual o seu histórico familiar, que pode vir carregado de sentimentos ambíguos (gratidão, mágoas, respeito, culpa) e enfim, a representação que ele faz de si na sociedade, diante de sua companheira e dos seus filhos.

Para que a própria equipe técnica possa construir a sua narrativa sobre a situação apresentada, é necessário que esta ocupe o lugar de não saber. Esta posição permite que o homem possa ver o técnico como alguém capaz de escutá-lo sem juízo de valores. É só a partir deste lu-

gar que se torna possível uma relação de confiança, distanciando o profissional do papel de autoridade policial, não raramente presente na fantasia do grupo, devido o seu encaminhamento, realizado na maioria das vezes, por meio de aplicação de medida judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens autores de violência são pessoas comuns que transitam em outros territórios, e, muitos deles, possuem o desejo de ser diferente e não ser violento com a companheira, ou ainda com os filhos e parentes. No entanto, fazem parte, ainda, de uma sociedade machista, que os condena se não corresponderem à ordem masculina e forem "homens de verdade".

A violência de gênero está conectada aos valores de construção do sujeito presente nas masculinidades. A ruptura com essa violência está associada à mudança no âmbito das experiências da constituição destas masculinidades e feminilidades, que são reforçadas e instituídas constantemente através das práticas institucionais. A história pessoal destes homens é marcada por diversos fatores, entre eles o alcoolismo, a sexualidade não correspondida por parte da companheira, a defesa da honra, a falta de cuidado com a casa e filhos por parte da companheira, as agressões verbais por parte de suas companheiras, o abandono familiar na infância, entre outros. O que nos preocupa é a forma como o Estado, através das Políticas Públicas, vem conduzindo o olhar para este fenômeno, muitas vezes ainda de forma binária e dual, reforçando a compreensão que se tem sobre quem é a vítima e quem é o agressor.

Estes modelos de masculinidades violentas agem de certa forma, ancorados por sistemas de valores e significados, sentidos, aos quais estão condicionados não somente a dominação dos homens sobre as mulheres, mas dos homens sobre os homens, das mulheres sobre as mulheres, do homem branco sobre o homem negro, do policial (homem) sob o homem compreendido como agressor, e diversos contextos.

Compreende-se, também, que estas masculinidades violentas estão caracterizadas, muitas vezes, em nome da honra, da virilidade. Este mesmo sistema de valores os coloca em situação de vulnerabilidade, já que os homens são construtos de diversas instituições que, através de uma ordem simbólica, os faz e a eles determina responder a papéis que os legitimam enquanto homens de verdade. Estudar quem são os homens agressores, como são constituídos, o que pensam e o que sentem são questões que, ao serem temas de estudos, podem contribuir para pensar um outro olhar, que não seja o de simplesmente "agressor" e, assim, possibilitar a este homem re-significar sua interação com as pessoas que o cercam, diminuindo a violência de gênero tão presente nesta sociedade.

FOMENTO À INOVAÇÃO PORQUE INOVAR, É PRECISO

O problema não está em conhecermos as Fontes de Fomento, mas sim, em discutir, em aprofundar, em entender o projeto de inovação.

POR NATALINO UGGIONI

Gerente Executivo do IEL/SC < natalino@ielsc.org.br >

Recentemente fui convidado a fazer uma palestra sobre Inovação; ao alinhar com os demandantes destaquei-lhes que o assunto é amplo e que deveríamos focar qual o tema central, ao que, após uma ampla discussão, os interlocutores retornaram confirmando o foco que intitula esse artigo.

Uma vez confirmado o foco preocupei-me em elaborar uma boa sequência de slides para melhor transferir o conhecimento no assunto. Minha surpresa veio ao constatar que todas as informações sobre os agentes de fomento estão disponíveis em seus sites na internet. Os principais programas nacionais, estaduais e regionais de apoio financeiro a projetos de inovação para as empresas são disponibilizados no Brasil, principalmente, pelas seguintes instituições: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais, ex.: FAPESC; Bancos de Desenvolvimento Regionais, ex.: BRDE; Agências de Fomento Estaduais, ex.: BADESC; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (RHAE e ITI); Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Edital Sesi/Senai de Inovação e Embrapii.

Uma rápida busca na internet e logo encontraremos tudo o que precisamos saber, não apenas quanto às linhas de fomento disponibilizadas, mas também, todas as demais informações que os interessados precisam (e devem) saber e observar ao pleitearem recursos daquelas fontes de fomento.

Isso posto, me parece claro que o problema não está em conhecermos as Fontes de Fomento, mas sim, em discutir, em aprofundar, em entender o projeto de inovação. Uma vez definido o "epicentro" ou o "pilar central" da inovação, avança-se para o detalhamento do projeto.

Aqui começam as dificuldades por parte de grande número de empresas; segregadas aquelas que têm equipes com conhecimento para redigir os projetos na linguagem apropriada segundo os critérios dos órgãos de fomento, muitas empresas não dispõem de equipe e expertise para colocar as ideias no papel (ou no FAP – Formulário de Apresentação de Projeto) para encaminhar aos órgãos de fomento.

Quando as empresas procuram apoio para a Inovação, via de regra, o que elas querem, de fato, são recursos para executarem seus projetos e, melhor ainda, se forem recursos não-reembolsáveis, porém, a disputa pelos recursos nessa modalidade é cada vez maior, o que significa dizer que, para ser aprovado, um projeto precisa estar muito bem estruturado, demonstrando que a empresa não domina todo o conhecimento necessário para aquela inovação; que ela precisará de apoio externo. O recurso não-reembolsável é oferecido justamente devido ao risco envolvido, risco de a inovação não dar certo.

A FINEP por exemplo, financia apenas as etapas anteriores à produção, não apoiando investimentos para expansão da produção, nem obras de infraestrutura física que estejam desvinculadas dos planos de desenvolvimento do processo de inovação. Não são raras as vezes em que as empresas buscam recursos não reembolsáveis após terem desenvolvido o protótipo. Da mesma forma, não raras vezes quando pensam em recursos para inovação, as empresas buscam recursos para aquisição de equipamentos e isso não é inovação.

Não são raras as vezes em que as empresas procuram apoio para captação de recursos não reembolsáveis para produzirem ideias já desenvolvidas; ora, esses recursos são exatamente para a etapa de desenvolvimento, onde o risco envolvido é maior, daí o subsídio estatal. Para produção, existem recursos sim, porém, na forma reembolsável.

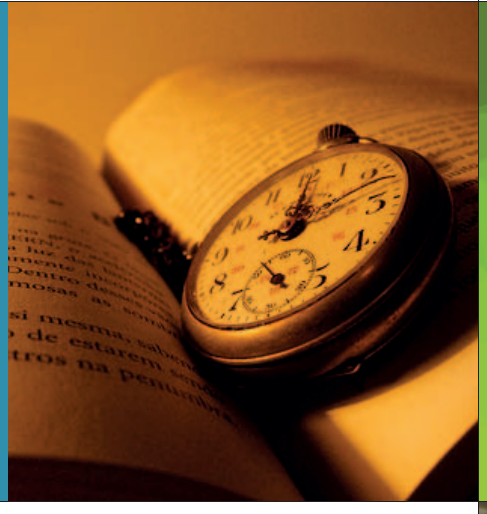
Em sendo difícil a obtenção de recursos não-reembolsáveis, a opção é buscá-los na forma reembolsável, sim, com juros, porém, bem mais atrativos que os oferecidos pelo mercado. A linha de fomento reembolsável "INOVACRED", operacionalizado pelos bancos BRDE e BADESC em SC que, além dos juros atraentes, oferece também a possibilidade de inclusão de rubricas que são um diferencial do que tínhamos até então em outras linhas. Normalmente para um projeto de inovação, ao serem inseridas outras despesas necessárias ao desenvolvimento e à comercialização do produto, amplia-se o investimento necessário e estamos tratando de despesas para aquele desenvolvimento e que, em não sendo consideradas no projeto, acabariam saindo do caixa da própria empresa, do seu capital de giro.

Então, as empresas precisam ter bons projetos, com o pilar central focado em inovação; a partir dele pode-se agregar mais rubricas para comporem o projeto final.

Mas, para se ter uma boa ideia, um bom projeto, é preciso que se tenham muitas ideias, muitos projetos e isso nos leva à outra necessidade de organização por parte das empresas, qual seja, de organizarem a sua gestão da inovação fazendo com que a inovação faça parte da estratégia de gestão e competitividade. Significa gerar um ambiente propício para apresentação de ideias inovadoras – incrementais ou de ruptura, que essas ideias sejam analisadas segundo critérios definidos pela empresa, segundo seu foco estratégico e que sejam priorizadas para receberem investimentos. A próxima etapa é analisar de onde virão os investimentos, se da própria empresa ou se na forma de fomento àquela inovação. Mais que isso, a equipe responsável pela gestão da inovação terá alguns indicadores de práticas e performance para acompanhamento do processo e apresentação à instância decisória.

Temos alguns bons exemplos de empresas que aplicaram isso na prática e conferiram os bons resultados advindos dessa "contaminação com o vírus da inovação" como costumo falar.

Se a empresa tem o regime fiscal pelo lucro real poderá usufruir dos incentivos fiscais conferidos pela Lei do Bem. Em Santa Catarina (e no Brasil) ainda é muito pequeno o número de empresas que podem usufruir daqueles incentivos, mas isso é assunto para ser tratado em outra oportunidade.



CURTAS

MODA MUSEU PROMOVE PROGRAMAÇÃO CULTURAL

No dia 13 de junho acontece o Moda-Museu: uma conversa sobre a relação cultural pela indumentária, das 15h30 às 21h30, no Câmpus 1 - Auditório Biblioteca - Prof. Padre Orlando Maria Murphy. O evento, apresentado pela Fundação Hermann Hering, em parceria com a FURB e a Fundação Cultural de Blumenau, traz mesas redondas e palestras interdisciplinares focadas nas áreas de moda, artes visuais, história, entre outras. Visa a troca de conhecimentos entre acadêmicos e profissionais de museus, promovendo o debate dos questionamentos acerca dos acervos indumentários nas suas mais variadas nuances pelo Vale do Itajaí.

Para se inscrever, acesse o site www.museuhering.com.br. Mais informações no telefone 47 3321 3340, e-mail museu@ciahering.com.br e no próprio site www.museuhering.com.br.

CONFIRA PROGRAMAÇÃO DO FESTIVAL VARILUX DE CINEMA FRANCÊS

O Festival Varilux de Cinema Francês movimenta Blumenau de 09 a 22 de junho. Mais uma vez, o festival será uma vitrine do melhor da produção cinematográfica francesa recente. Assim, na programação estão os longas "Chocolat" de Roschdy Zem; "Les inocentes" de Anne Fontaine; "Marguerite" de Xavier Giannoli; "Lolo" de Julie Delpy, "La belle saison" de Catherine Corsini; "Em mai fais ce qu'il te plalt" de Christian Carion, "Mon roi", de Maiwenn, "Comme um avion" de Bruno Podalydes, "Floride" de Philippe Le Guay, etc. A programação de abertura será dia 9 de junho às 19 horas no Arcoplex Park Europeu, no Shopping Park Europeu. Confira a programação completa em variluxcinefrances.com.

EXPOSIÇÃO "PROJETO BUGIO - 25 ANOS" OCORRE ATÉ DIA 10

A exposição retrospectiva de aniversário de 25 anos do Projeto Bugio acontece até do dia 10 de junho, no saguão do Bloco A, Campus 1. O projeto, que faz parte do Centro de Pesquisas Biológicas de Indaial – CEPESBI e Observatório de Primatas do Morro Geisler foram criados através da Lei Municipal n°2.099, de março de 1992. O mesmo é mantido por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Indaial e a Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Desde sua fundação, o centro tem realizado atividades de pesquisa, educação ambiental e integração da comunidade local com estudantes universitários e pesquisadores.

Mais informações em Divisão de Cultura FURB Campus I - Sala L-107 (47) 3321.0937 / 3321.0399 cultura@furb.br | facebook.com/CulturaFURB

LUIZ GUILHERME GIOVANELLA ANTONELLO

ACAPRENA CELEBRA 43 ANOS DE LUTA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

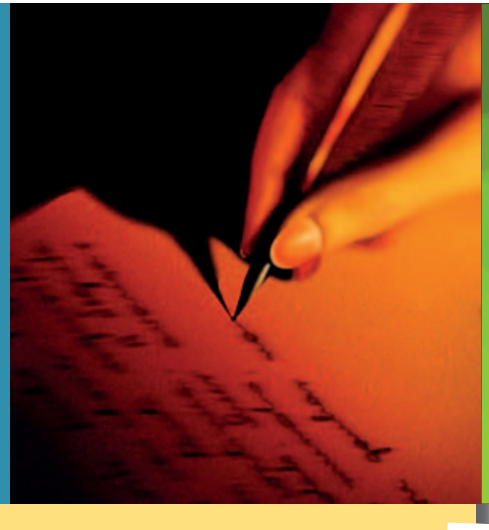
A Associação Catarinense de Preservação da Natureza - ACAPRENA, completou 43 anos de atividade no último mês. A associação foi fundada em 05 de maio de 1973, por iniciativa de um grupo de estudantes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Regional de Blumenau - FURB, com o nome de Associação Catarinense de Defesa da Flora e da Fauna (ACDFF). A Associação Gaúcha de Proteção dos Ambientes Naturais - AGAPAN, do Rio Grande do Sul e, a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, de São Paulo, que também estavam em fase de fundação, foram os modelos da primeira associação ambiental catarinense. Entre as grandes conquistas da ACAPRENA, devem ser citadas a criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA) e da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), no governo estadual, em 1975, pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis e, da Assessoria Especial do Meio Ambiente (AEMA) na Prefeitura Municipal de Blumenau, em 1977, pelo prefeito Renato de Mello Vianna. A ACAPRENA, desde sua fundação, desenvolveu amplo trabalho de educação ambiental e, participou ativamente de todas as grandes discussões ambientais no País, no Estado e, em Blumenau. Foi modelo para outras associações criadas em todo Estado e que continuam a luta pela conservação dos ambientes naturais e pelo desenvolvimento sustentável.

3ª EDIÇÃO DA OFICINA DE LEITURA APRESENTA TEMA LITERÁRIO

A 3ª edição da Oficina de Leitura acontece no dia 7 de junho, às 19h, no nível 3 da Biblioteca Central, ao lado da estante de número 53. O projeto, lançado em abril, traz um tema literário com a leitura do conto "Atenção – Ohs!", retirado do livro "Os Robniks", de Vladlen Bakhnov. O texto relata a queda de uma desenvolvida civilização do planeta Sigma 3. O motivo da decadência seria o processo de um civil contra um museu bastante original: o Museu de Falsificações. Esse museu abrigava réplicas exatas de obras-primas da humanidade, e era bastante visitado por essa peculiaridade. Até o dia em que um visitante pediu seu dinheiro de volta por ter encontrado uma obra original no local, alegando que fora enganado. Deste episódio, desenrola-se uma sequência cômica de eventos absurdos que discutem o papel da arte e da literatura na sociedade. O historiador Henrique Luiz Voltolini (graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – em 2007) é o convidado para mediar a leitura.

MÚSICA DO CANTOR E COMPOSITOR BLUMENAUENSE É SELECIONADA PARA O 1º FESTIVAL NACIONAL

O cantor e compositor blumenauense John Mueller foi selecionado para 1º Festival da Canção de Artur Nogueira, em São Paulo. Com a canção inédita "Vaga Espera", parceria do compositor com a letrista paulista Valéria Pisauro, John se apresenta no Balneário Municipal Guilherme Carlini, no dia 10 de junho para participar da semifinal da categoria nacional, junto com outros 19 classificados. "Conheci a Valéria Pisauro em março deste ano em um festival em Minas Gerais e ali surgiu a ideia da parceria. Valéria enviou a letra de Vaga Espera, criei a melodia e virou música", diz animado o cantor e compositor. John Mueller descobriu a paixão pela Música Popular Brasileira (MPB) aos sete anos de idade. Participou de festivais de música por todo o Brasil, sobretudo em Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, onde teve e tem a oportunidade de difundir a sua música. Em novembro de 2015, em Blumenau, o cantor e compositor lançou o álbum Por um Fio, que conta com a participação de grandes nomes da MPB, como Kiko Freitas, Cristóvão Bastos, Jorge Helder, Mazin Silva e Caio Fernando.



INSPIRAÇÃO

SOLIDARIEDADE

Por Camila Gonzaga, estudante de Serviço Social

As pessoas pedem velocidade
Causa ansiedade?
Sai da comodidade?
Aguça a criatividade?

Pensar na luta da comunidade?
Quem tem disponibilidade?
Por esses tempos só uma divindade?
A luta é na nossa idade! Nessa cidade!

A dificuldade
A calamidade
DESLEALDADE criada por ELES!
CRUELDADE, CRUELDADE!

Diferente aqui tem caloridade
Autenticidade
Amizade
Equidade
SOLIDARIEDADE, SOLIDARIEDADE!

Velocidade?
Só na nossa liberdade,
Com reciprocidade
Vivendo a fraternidade
Só na nossa liberdade

Velocidade de informação
Dificuldade na mobilização?
Quem pensa com o coração?
Sejamos nós, a ação.

O que é falado com emoção,
Se perde na razão,
Inclusive na interpretação
Sejamos adesão.

Velocidade?
Só na nossa liberdade
De ser aonde se quer CHEGAR!

FOTOS: RAFAELA MARTINS

Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Gradu-
ação em Desenvolvimento Regional

LADO B

A INÉRCIA BUROCRÁTICA

Poucas pessoas na universidade sabem o que é a Lei 8.666. Conhecida também como Lei das Licitações, a Lei 8.666 regulamenta o Artigo 37, Inciso XXI da Constituição Federal. Este artigo institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Mais precisamente, a Lei das Licitações estabelece normas sobre licitações e contratos administrativos de obras e serviços como, por exemplo, publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Promulgada em 1993, visava enfrentar a cultura do favorecimento e o superfaturamento em obras públicas.

Hoje a Lei das Licitações engendra inúmeras controvérsias. Por um lado, existem aqueles que defendem a necessidade de revisão da Lei das Licitações porque ela "engessa" o processo decisório e no limite não evita a corrupção; por outro lado, existem aqueles que consideram a Lei das Licitações um instrumento eficaz de moralização da gestão publica. Independente da posição, é inegável que a Lei das Licitações provocou um aumento da burocratização na gestão universitária. Para ilustrar a operação da cultura burocrática podemos recorrer à reforma da secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR.

O processo de reforma da secretaria do PPGDR remonta a dezembro de 2015. Reconhecida a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos funcionários e atendimento dos alunos o colegiado do PPGDR aprovou a proposta de compra de móveis novos. Para isto foi elaborado um croqui, o tema foi incluído no edital de convocação e em seguida foi confeccionada uma ata para registrar a decisão colegiada. A decisão do colegiado deslanchou o processo de formulação e implementação da reforma da secretaria, e que pode resumido na compra de móveis. E a compra destes móveis pode ser dividida em quatro etapas principais.

Primeira etapa: diz respeito ao planejamento. Esta primeira etapa pode ser dividida em três partes principais: a) fase de informação com visita a marcenaria para avaliar a agenda de disponibilidade do setor e a possibilidade de produção interna; b) em seguida foi visitada também a Pós-graduação em Engenharia Florestal para avaliar os tipos de móveis que foram comprados; c) elaboração de três orçamentos prévios para orientar e estimar os custos. Esta primeira etapa constitui, portanto, uma etapa de informação. Este processo de informação levou aproximadamente duas semanas.

Segunda etapa: diz respeito ao processo de decisão. A decisão compreende a negociação política relativa ao processo de sensibilização e interessamento da administração superior a respeito da necessidade e viabilidade da proposta de reforma. Esta etapa pode ser dividida em duas partes: a) a primeira diz respeito a reunião estabelecida com a reitoria para o conhecimento da proposta; b) a segunda constitui uma reunião com a Pró-reitoria de Administração para avaliar a viabilidade financeira da proposta. Esta etapa é extremamente importante na medida em que visa contornar as travas políticas.

Terceira etapa: compreende o processo de concepção e formulação do projeto. A formulação do projeto exige a calibragem de diversos interesses e expertises. Este processo pode ser dividido em três partes principais: a) execução de um memorial descritivo dos móveis; b) lançamento do projeto no sistema e avaliação pelo Departamento de Compras e pela Procuradoria Jurídica da FURB; c) abertura do Edital para seleção das propostas. Trata-se, sem dúvida, do momento mais crítico, delicado e complicado do processo. Afinal, envolve a avaliação tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista legal.

Quarta etapa: compreende o processo de execução do projeto. Esta etapa é a mais importante e exige monitoramento e controle contínuos da qualidade das atividades. A execução do projeto pode ser dividida em duas etapas principais: a) a primeira compreende a seleção da proposta vencedora; b) a segunda constitui a entrega dos móveis. Por um lado, esta etapa se caracteriza por grande ansiedade, afinal constitui o resultado de vários meses de trabalho; por outro, muitas vezes acaba resultando em frustração porque o cumprimento das regras nem sempre garante a qualidade do serviço.

O ciclo de vida do processo licitatório é complexo, lento e dispendioso. Suas disfuncionalidades podem ser ilustradas pela simples lembrança que nestes vinte cinco anos de vigência a Lei das Licitações sofreu diversos tipos de adequações como, por exemplo, a dispensa, o Pregão Eletrônico e, mais recentemente, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, etc. No contexto de concepção e aquisição dos móveis da secretaria cinco características burocráticas da Lei de Licitações chamam atenção: a) a divisão do trabalho; b) a hierarquia e a autoridade; c) normas e regulamentos; d) a impessoalidade; e) racionalidade técnica.

Iniciado em fevereiro de 2016 o processo ainda não foi concluído. Mesmo com todos os funcionários dos setores envolvidos colaborando e empenhando-se para o bom andamento do processo; mesmo com disponibilidade de recursos previstos orçamentariamente para o PPGDR; mesmo com o acompanhamento da secretaria, suporte técnico de dois estudantes e mais o acompanhamento da coordenação e o projeto ainda não foi concluído. Dito de outra forma, a compra de duas mesas, dois arquivos e dois armários levou mais de seis meses! É muito tempo... E, as vezes, a espera se converte em desinteresse.

Por isso a cultura burocrática é extremamente importante para FURB. Precisa ser conhecida e debatida institucionalmente. Sua aplicação afeta um conjunto muito amplo de atividades de pesquisa, ensino e extensão. Afinal, explicita o conflito institucional entre a dimensão acadêmica e a dimensão administrativa. Neste sentido, a dimensão acadêmica guia-se pela participação e o consenso, enquanto que a dimensão administrativa orienta-se por critérios de eficácia burocrática. Portanto, pode-se dizer que enquanto a administração setorial é aberta politicamente, a administração superior é fechada burocraticamente.

Portanto, debater a Lei das Licitações é reconhecer que o ritmo burocrático da gestão universitária é muito lento e não o desrespeito a lei. A burocratização atinge a maior parte das atividades acadêmicas e administrativas. E os procedimentos licitatórios são os que mais afetam as atividades acadêmicas. No quadro de uma instituição que possui o orçamento público e o financiamento privado, a lentidão burocrática constitui uma ameaça importante a inovação de processo e produtos. Neste sentido, desafios parecem ser como dotar a FURB de maior agilidade administrativa, sem perder a autonomia acadêmica.

A inércia burocrática divide politicamente as universidades entre expectativas acadêmicas e possibilidades administrativas. Mais precisamente, uma gestão organizacional que divide, regulamenta e controla as atividades de pesquisa, ensino e extensão. Neste sentido, a Lei das Licitações constitui apenas o exemplo mais conhecido de como a burocracia constitui uma grande ameaça a toda espécie de iniciativa. Afinal, os atributos que regem o funcionamento da burocracia exprimem sempre relações sociais: quanto maior o controle burocrático de uma organização, menor a confiança entre seus membros.

"A cultura burocrática é extremamente importante para FURB. Precisa ser conhecida e debatida institucionalmente. Sua aplicação afeta um conjunto muito amplo de atividades de pesquisa, ensino e extensão. Afinal, explicita o conflito institucional entre a dimensão acadêmica e a dimensão administrativa.